

**ATA**

Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena de Bragança Borges Soeiro, Luísa Francisca de Abreu Pedroso e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Quis fazer uma referência prévia às intervenções políticas e técnicas que terão lugar ao longo do mandato. Assim, felicitou o Presidente da Câmara eleito e o Partido Socialista pela vitória eleitoral acrescentando que o confronto político decorreu de forma saudável. De seguida, cumprimentou todos os Vereadores presentes, especialmente aqueles que se iniciam nestas funções, desejando que todos possam exercer um bom mandato. Finalmente, disse querer registar as palavras do discurso do novo Presidente da Câmara na sua tomada de posse, concretamente quando disse que iria governar para todos e com todos. -----

**2 – Vereador José Torcato Ribeiro** - Felicitou o novo Presidente da Câmara Municipal pela vitória significativa que teve, acrescentando que contava que a sua própria candidatura tivesse obtido maior votação. Deu também os parabéns ao Vereador André Coelho Lima pelos resultados alcançados, tendo em conta

que liderou um projeto com obstáculos ao nível da conjuntura económica e social do país. Por último, disse querer dar as boas vindas aos colegas da vereação, apelando a que todos contribuam para engrandecer Guimarães.-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: -----

**1.** De ter sido atribuído à Câmara Municipal de Guimarães pela Fundação AIP, através da AIP – Feiras, Congressos e Eventos, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito do Salão Imobiliário de Portugal, o Prémio SIL Autarquias 2013, no âmbito dos Prémios SIL do Imobiliário, que teve lugar no passado dia 9 de outubro, na FIL – Feira Internacional de Lisboa, Parque das Nações, face ao contributo para o desenvolvimento e notoriedade da Cidade de Guimarães. -----

**2.** Da distinção, pela Sociedade Europeia da Coluna, dos investigadores Miguel Oliveira e Joana Silva Correia do Grupo de Investigação 3B, instituição liderada pelo Professor Rui Reis, com sede no Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia do Ave, com o prémio “EuroSpine 2013 – Best Full Paper Award”, pelos seus contributos científicos no domínio da investigação na regeneração do disco intervertebral que vem abrir novas possibilidades no tratamento de diversas patologias da coluna, tais como as hérnias discais ou outras alterações degenerativas do disco intervertebral.

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2013. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores Adelina Paula



Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. -----

**CÂMARA - REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL  
– PERIODICIDADE E FUNCIONAMENTO – MANDATO 2013-**

**2017** – Presente a seguinte proposta: “Para cumprimento do estabelecido nos artigos 40º e seguintes da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 - Que a Câmara Municipal estabeleça a quinta-feira para seu dia de reunião ordinária, que será quinzenal e pública, com início às 10.00 horas, na Sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho; 1.1 - Pontualmente poderão as referidas reuniões ordinárias ser realizadas em local diferente do identificado no ponto anterior, devendo a identificação de tal local ser comunicada, através de convocatória, aos membros do Órgão Executivo e divulgada nos meios de comunicação social. 2 – Que, de harmonia com o nº 1 do art.º 50º do aludido diploma legal, serão objeto de deliberação em cada reunião apenas os assuntos previamente agendados na respetiva ordem do dia; 3 - Que se adote o seguinte critério de funcionamento das reuniões de Câmara: 3.1 – É fixado um período antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, que seguirá a seguinte ordem: 3.1.1 - Intervenções dos membros da Câmara Municipal – até ao limite dos primeiros 30 minutos de reunião; 3.1.2 - Informações à Câmara Municipal; 3.2 – Segue-se o período de apreciação, discussão e votação dos assuntos agendados (ordem do dia); 3.3 – Por último, é reservado um período para intervenção e esclarecimento ao público. 4 – Entrega da ordem do dia: 4.1 - A ordem do dia é entregue a todos os membros do Órgão Executivo com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da reunião, acompanhada da respetiva documentação. 4.2 –

A entrega da ordem do dia referida no ponto anterior é feita através de uma Plataforma Electrónica a que os membros do Órgão Executivo têm acesso através de um endereço electrónico personalizado, sendo-lhes também disponibilizado equipamento informático para o efeito. 5 – Declarações de voto: 5.1 As declarações de voto devem, em regra, ser entregues na reunião em que tiverem sido produzidas. 5.2 Excecionalmente, poderão tais declarações de voto ser entregues em suporte de papel no Gabinete de Apoio à Presidência ou enviadas por correio electrónico ao Secretariado ([secretariado@cm-guimares.pt](mailto:secretariado@cm-guimares.pt)) até às 17:30 horas do dia de realização da reunião, sob pena de não serem aceites e, conseqüentemente, não constarem da respetiva ata.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro.-----

**CÂMARA – VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO – PEDIDO À CÂMARA MUNICIPAL** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do disposto no nº 2 do art.º 58º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que a Câmara Municipal delibere fixar em cinco o número de Vereadores em regime de tempo inteiro, em razão da diversidade e complexidade das competências do Município, bem como do volume de trabalho e conhecimentos específicos que o exercício de tais competências implica.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CÂMARA – DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Presente a seguinte proposta: “Nos termos do art. 34.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e demais legislação



específica que pontualmente abaixo se identifica, proponho que a Câmara Municipal me delegue as seguintes competências, com a faculdade de as subdelegar: **1 - No âmbito das competências gerais constantes do art.º 33.º da referida Lei 75/2013:** a) Executar as opções do plano, assim como aprovar as suas alterações; b) Aprovar os projetos, programas de concurso e cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba; c) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG; d) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções; e) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei; f) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade; g) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; h) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal; i) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e

com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal; j) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas; k) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos; l) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos; m) Executar as obras, por administração direta ou empreitada; n) Alienar bens móveis; o) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços; p) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; q) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; r) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares; s) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos; t) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos; u) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura; v) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central; w) Designar os representantes do município nos conselhos



locais; x) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central; y) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados; z) Administrar o domínio público municipal; aa) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos; bb) Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia; cc) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios; dd) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município; ee) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município; ff) Deliberar, no prazo máximo de 30 dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados; gg) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição; hh) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município; ii) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado. **2 – No âmbito das competências especiais constantes de legislação e regulamentos municipais sobre licenciamento e fiscalização:** a) Decidir sobre todas as matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, com a última atualização introduzida pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro; b) Decidir sobre o licenciamento de estabelecimento de pedreiras, nos termos do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro; c) Decidir sobre o licenciamento das áreas de serviço instaladas na rede viária

municipal, nos termos do Decreto-Lei n.º 260/2002, de 23 de novembro; d) Decidir sobre o licenciamento das instalações de armazenamento de produtos de petróleo e das instalações de postos de abastecimento de combustíveis não localizados nas redes viárias regional e local, bem como sobre a emissão das respetivas licenças de exploração, nos termos do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 217/2012, de 9 de outubro; e) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro; f) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime do alojamento local, aprovado pela Portaria n.º 517/2008, de 25 de junho, alterada pela Portaria n.º 138/2012, de 14 de maio. a) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Sistema da Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto; b) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico da construção, do acesso e da instalação de redes e infraestruturas de comunicações electrónicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro; c) Decidir sobre pedidos de reconhecimento de “interesse para a economia do concelho de unidades industriais”, nos termos e para os efeitos previstos na alínea e) do nº 1 do art.º 34.º e na alínea e) do n.º 2 do art.º 41.º, ambos do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Guimarães. d) Decidir sobre pedidos de reconhecimento “equipamentos de interesse municipal”, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do nº 1 do art.º 34.º e na alínea d) do n.º 2 do art.º 41.º, ambos do





Regulamento do Plano Diretor Municipal de Guimarães. e) Decidir no âmbito dos processos de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, nos termos do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro; f) Integrar e participar na Comissão de Autorização Comercial (COMAC) nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de janeiro. g) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de Junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 17/2009, de 14 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro; h) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pela Lei nº 20/2009, de 12 de maio, que aprovou a transferência de atribuições para os municípios em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como no domínio da prevenção e da defesa da floresta; i) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Regulamento Geral da Horta Pedagógica e Social de Guimarães. j) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelos Decretos-Lei n.ºs 312/2003, 313/2003, 314/2003 e 315/2003 de 17 de dezembro (canídeos e gatídeos). k) Decidir em matéria de feiras retalhistas e sobre o exercício da venda ambulante, nos termos da Lei n.º 27/2013, de 12 de abril, e nos respetivos regulamentos municipais. l) Decidir em matéria de feiras grossista e de venda por grosso, nos termos da Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto, e nos respetivos regulamentos municipais. m) Decidir em matéria de mercados do concelho, nos termos do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Guimarães e do Regulamento do Mercado das Antiguidades e da Segunda Mão. n) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo

Regulamento dos Cemitérios Municipais de Guimarães. o) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Regulamento para atribuição das lojas do piso superior do Mercado Municipal de Guimarães. p) Conceder as licenças previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, bem como decidir nas restantes matérias que este diploma legal comete à Câmara Municipal; q) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Regulamento do Serviço de Gestão dos Resíduos Urbanos e pelo Regulamento da Limpeza Pública; r) Conceder as licenças previstas na Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, alterada pela Lei nº 23/2000, de 23 de agosto (afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda), e no Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade, bem como decidir nas restantes matérias que estes normativos legais cometem à Câmara Municipal; s) Conceder as licenças previstas no Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade em matéria de ocupação do espaço público, bem como decidir nas restantes matérias que, sobre este assunto, aquele comete à Câmara Municipal; t) Decidir nas matérias que o Regulamento para a Atribuição de Circuitos Turísticos no Concelho de Guimarães comete à Câmara Municipal. u) Decidir sobre o licenciamento da atividade de transportes em táxi, nos termos do Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transportes em Táxi. v) Decidir nas matérias que o Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães comete à Câmara Municipal. w) Decidir nas matérias que o Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada comete à Câmara Municipal. x) Decidir nas matérias que Regulamento de Exploração e Funcionamento da Estação Central



de Camionagem de Guimarães comete à Câmara Municipal. y) Decidir sobre o licenciamento para instalação e utilização dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 268/2009, de 29 de setembro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto; z) Decidir sobre o licenciamento de atividades diversas, nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; aa) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo regime jurídico das instalações desportivas de uso público, aprovado pelo Decreto-Lei nº 141/2009, de 16 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 110/2012, de 21 de maio; bb) Alargar ou restringir o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços, nos termos do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e do respetivo Regulamento Municipal. cc) Decidir nas matérias cometidas à Câmara Municipal pelo Decreto-Lei nº 157/2006, de 8 de agosto, alterado pela Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto (regime jurídico das obras em prédios arrendados), bem como pelo Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto (prédios devolutos); dd) Instruir e decidir todos os processos de contraordenação, aplicando as respetivas coimas nos termos da lei, bem como determinar medidas cautelares e sanções acessórias, sempre que a competência para os mesmos seja atribuída por lei à Câmara Municipal; ee) Determinar todas as medidas cautelares sempre que a competência para as mesmas seja atribuída por lei à Câmara Municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Manuel Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira, André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luísa Pedroso. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro.-----

**CÂMARA – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, EM LIQUIDAÇÃO – DESIGNAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

– Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico é necessário aprovar a designação dos membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em liquidação, nos termos do nº 2, do art.º 12º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, conjugado com o disposto na alínea pp), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Para este efeito, proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º da referida Lei nº 75/2013, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 – Que sejam designados os seguintes membros para o Conselho de Administração dos SMAS: Presidente – Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; 1.º Vogal – Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; 2.º Vogal – Amadeu Artur Matos Portilha, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – ASSISTENTES OPERACIONAIS**

– Presente a seguinte proposta: “Desde o ano de 2011 tem-se vindo a registar uma redução do número de



trabalhadores afetos aos serviços operativos do Departamento de Obras Municipais e do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente. A redução que se tem verificado, aliada aos pedidos de aposentação que se encontram pendentes, provocará, se não for devidamente atalhada, a criação de situações críticas nalguns dos serviços que cabe ao município salvaguardar, designadamente no âmbito da recolha de resíduos, de realização de obras de conservação, construção e reparação de arruamentos, edifícios escolares e outros equipamentos, bem como de construção e conservação de espaços verdes. Atendendo à tramitação processual, algo demorada, deste tipo de procedimentos, propõe-se que seja desde já autorizada a abertura de procedimento concursal para a contratação, por tempo indeterminado, de 23 assistentes operacionais, dos quais 13 se destinam a ser integrados no Departamento de Obras Municipais e 10 no Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente. Os postos de trabalho indicados estão previstos no Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2013, tendo resultado de aposentações, de exonerações e de mobilidades internas já consolidadas. O artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2013 – permite que, excecionalmente, possa ser autorizada, pelo órgão deliberativo a abertura de procedimentos concursais destinados a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. Ora, tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à atividade municipal, propõe-se que seja desde já autorizado pelo órgão deliberativo esse recrutamento excepcional, procedendo-se desde logo à abertura de um procedimento único, sem prejuízo de serem observadas as prioridades no recrutamento determinadas no

artigo 51.º da mesma Lei, que confere preferência aos candidatos aprovados que detenham prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Encontram-se reunidos os pressupostos de que a lei, no referido artigo 66.º, faz depender a abertura de procedimento também a candidatos não vinculados, quer em termos de imprescindibilidade do recrutamento para serem asseguradas as obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas, quer de carência de recursos humanos nas áreas mencionadas, que acima se salientaram. O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011 e, em matéria de controlo do número de efetivos, está a ser cumprido o plano de redução de efetivos estabelecidos sem prejuízo de, nas diferentes fases do procedimento e sempre antes da contratação, ser aferido o cumprimento desse plano e respetivas metas. Nestes termos, propõe-se seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a autorização de abertura de procedimento concursal único para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de 23 assistentes operacionais para o Departamento de Obras Municipais e para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Helena Soeiro e Luisa Pedroso apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os vereadores questionaram a Câmara acerca da possibilidade de esta admissão de trabalhadores por tempo indeterminado poder conduzir o Município de Guimarães à situação de incumprimento das imposições decorrentes da Lei do Orçamento de Estado para 2014,



de acordo com o que é já conhecido. Atendendo a que o Orçamento de Estado impõe uma redução da ordem dos 2% (o que na Câmara de Guimarães corresponde precisamente a 23 trabalhadores), pelo que, a admissão adicional de 23 trabalhadores que neste ponto foi proposta implica necessariamente que a redução a operar em 2014 seja de 46 trabalhadores. Designadamente - e por esse motivo a intervenção - porque o incumprimento de tais imposições poderia fazer com que o Município de Guimarães veja reduzidas as transferências do Orçamento de Estado como penalização pelo incumprimento. Foi esclarecido pelo Presidente de Câmara que as admissões agora definidas ao nível da abertura do procedimento concursal, apenas serão efetivadas na medida em que não impliquem o incumprimento do que impõe a LEO/2014, o que preocupa os vereadores do PSD/CDS apenas e só na medida em que tal situação pudesse implicar uma redução significativa nas transferências do Orçamento de Estado. Em face do esclarecimento prestado, votamos favoravelmente.” -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

– Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, dois Vereadores para, juntamente com o Presidente, representar a Câmara Municipal de Guimarães na Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Ave. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: **1** – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto **2** da presente proposta seja votada no seu conjunto. **2** - Que sejam

designados: **2.1** - O Vereador desta Câmara Municipal, Amadeu Artur Matos Portilha; **2.2** – O Vereador desta Câmara Municipal, Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor, um voto contra e quatro em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CASFIG, EM – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL**

– Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário que a Câmara Municipal designe o representante do Município na Assembleia Geral da CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tendo em atenção o nº 2, do art.º 6º, e nº 1, do artigo 7º dos respetivos Estatutos. Para esse efeito, proponho que a Câmara Municipal designe Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR,** com seis votos a favor e cinco em branco. -

**ENTIDADES PARTICIPADAS - VITRUS AMBIENTE, EM, SA – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL**

– Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário que a Câmara Municipal designe o representante do Município na Assembleia Geral da VITRUS AMBIENTE, EM, SA, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tendo em atenção o nº 2 do art.º 9º e nº 1 do artigo 10º dos respetivos Estatutos. Para esse efeito, proponho que a Câmara Municipal designe Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães. **DELIBERADO POR**





**ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor, um voto contra e quatro em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA – EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL** – Presente a seguinte proposta: “Com o

início do novo mandato autárquico, é necessário que a Câmara Municipal designe o representante do Município na Assembleia Geral da VIMÁGUA, EIM, SA, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 26º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, tendo em atenção o nº 2 do art.º 3º e nº 2 do artigo 14º dos respetivos Estatutos.

Para esse efeito, proponho que a Câmara Municipal designe Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E**

**MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor, um voto contra e quatro em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS, COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS** – Presente a seguinte

proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, os representantes do Município nos órgãos sociais da Cooperativa “A Oficina”. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 – Que sejam designados: 2.1 – Como representante do Município na Assembleia-Geral, Lino

Moreira da Silva, Professor Universitário e Escritor; 2.2 - Como Presidente da Direção, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães. 2.3 - Como Presidente do Conselho Fiscal, José da Silva Fernandes, Técnico Oficial de Contas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, QUE A DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA COOPERATIVA "A OFICINA" SEJA VOTADA INDIVIDUALMENTE.** Posta a proposta a votação, foram obtidos os seguintes resultados: 2.1 - Como representante do Município na **Assembleia-Geral**, Lino Moreira da Silva, com dez votos a favor e um em branco; 2.2 - Como **Presidente da Direção**, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, com seis votos a favor e cinco em branco; 2.2 - Como **Presidente do Conselho Fiscal**, José da Silva Fernandes, com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – TURIPENHA – COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS –**

Presente a seguinte proposta: "Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, os representantes do Município nos órgãos sociais da Cooperativa TURIPENHA. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados: 2.1 – Para a Assembleia-Geral: - Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães; 2.2 – Para a Direção: - Como Presidente, José Manuel



Nogueira Teixeira Bastos, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; - Como Secretário, Miguel Pires de Almeida Frazão, Diretor do Departamento dos Serviços Urbanos e Ambiente da Câmara Municipal de Guimarães. - Como Tesoureiro, Domingos José Ferreira Nobre, Diretor do Departamento de Educação, Cultura, Biblioteca e Arquivos, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e quatro em branco. **O Vereador António Monteiro de Castro não participou na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CIPRL – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS** – Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, os representantes do Município nos órgãos sociais da Cooperativa FRATERNA. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados: 2.1 – Como Presidente do Conselho de Administração, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Vereadora da Câmara Municipal de Guimarães; 2.2 - Como Presidente do Conselho Fiscal, Manuel Martins Salgado, Gerente de Instituição Bancária.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR**

**ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA TEMPO LIVRE – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

– Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, os representantes do Município nos órgãos sociais da Cooperativa TEMPO LIVRE. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados: 2.1 – Como Presidente da Direção, o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha; 2.2 - Como Presidente do Conselho Fiscal, José Leite Ferreira Lopes.”

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – “TAIPAS TURITERMAS”, CIPRL – DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL NOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

– Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respectivos Estatutos, os representantes da Câmara Municipal nos correspondentes órgãos sociais. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados:



2.1 - Como representante da Câmara Municipal na Assembleia Geral, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães; 2.2 - Como Presidente da Direção, Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães. 2.3 - Como Presidente do Conselho Fiscal, Miguel Ribeiro de Sousa, Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES -**

Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, dois representantes do Município de Guimarães na Assembleia Geral da Associação Cybercentro de Guimarães. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 - Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 - Que sejam designados: - José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Vereador desta Câmara Municipal; - Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa, Vereador desta Câmara Municipal.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1. DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO QUADRILÁTERO URBANO - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO**

**MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta:

“Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, dois representantes do Município de Guimarães na Assembleia Geral da Associação Quadrilátero Urbano. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho: 1 – Que, de acordo com o nº 1 do art.º 55º do mesmo diploma legal, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto. 2 – Que sejam designados: 2.1 - O Vereador desta Câmara Municipal, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos. 2.2 – O Vereador desta Câmara Municipal, Ricardo Jorge Castro Ribeiro Costa.

**DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR O PONTO 1.**

**DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR O PONTO 2,** com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CENTRO PARA A VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente

a seguinte proposta: “Com início do novo mandato autárquico é necessário designar o representante do Município de Guimarães para integrar o Conselho de Administração. Para este efeito, e ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja designado Amadeu Artur Matos Portilha, Vereador da Câmara Municipal de Guimarães. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR,** com seis votos a favor e cinco em branco. -

**ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO REC – REDE DE ECONOMIAS CRIATIVAS – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES** – Presente



a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos dos respetivos Estatutos, o representante do Município de Guimarães na Direção da Associação REC – Rede de Economias Criativas. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja designado o Vereador desta Câmara Municipal, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos para exercer o cargo de Secretário da Direção.

**DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e cinco em branco. -----

**DIVERSOS – E.C.C. – ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM –**

Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar nos termos dos respetivos Estatutos, um representante desta Câmara Municipal no Conselho Diretivo da ECC – Estação Central de Camionagem. Para este efeito, proponho que seja designado o Vereador Amadeu Artur Matos Portilha.” **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E**

**MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e cinco em branco. -

**DIVERSOS - CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE – CONSELHO CONSULTIVO – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES –**

Presente a seguinte proposta: “Com o início do novo mandato autárquico, é necessário designar, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, a designação de um representante do Município no Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Alto Ave. Para este efeito, ao abrigo do disposto na alínea oo), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que seja designado o Vereador desta Câmara Municipal, Amadeu Artur Matos Portilha. **DELIBERADO POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com seis votos a favor e cinco em branco. -

**DIVERSOS - AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE DESPESAS OBRIGATÓRIAS E PERMANENTES – ANO DE 2013** – Presente

a seguinte proposta: “Considerando a existência de despesas diversas de caráter obrigatório e permanente, torna-se necessário conceder uma autorização genérica que permita proceder aos respectivos pagamentos sem recurso a despachos específicos e pontuais autorizadores dessas despesas. Assim, propõe-se que sejam autorizadas, até 31 de dezembro de 2013, as seguintes despesas ou transferências: a) Diversas entidades por operações não orçamentais (Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Direção Geral do Tesouro, Conservatória dos Registos Centrais, etc.); b) Retenções aos montantes da participação dos Municípios nos impostos do Estado (Fundos Municipais); c) Contribuições, impostos e emolumentos devidos pelo Município; d) Vencimentos, salários e quaisquer outros proventos, incluindo abonos e subsídios previstos na lei, devidos aos trabalhadores do Município; e) Subsídios de férias, Natal, casamento, funeral, horas extraordinárias, ajudas de custo e abono de transporte; f) Encargos com assistência na doença aos trabalhadores do Município; g) Pensões de aposentação que constituam encargos do Município; h) Vencimentos, salários e quaisquer outros proventos, incluindo abonos e subsídios previstos na lei, devidos aos Eleitos em regime de permanência, bem como senhas de presença a pagar aos demais Eleitos, quer da Câmara, quer da Assembleia Municipal; i) Restituições de verbas; j) Coimas; k) Juros de mora; l) Custas judiciais; m) Consumo de água; n) Consumo de energia elétrica (contratos antigos); o) Fornecimento de serviço de telecomunicações (contratos antigos); p) Fornecimento de serviço de correspondência postal; q) Serviços bancários diversos.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**





CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ATA Nº 18 - Fls. \_\_\_\_\_  
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE OUTUBRO DE 2013

**O Presidente da Câmara desejou a todos um bom mandato  
saudando em especial os novos Vereadores. -----  
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE  
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----  
PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE  
DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE,  
PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**